

### Capítulo I – Objeto

**Artigo 1º.** O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, observadas as disposições do Estatuto Social, das normas aplicáveis e as boas práticas de governança corporativa.

### Capítulo II – Composição, Mandato e Investidura

**Artigo 2º.** O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e seus respectivos suplentes, em igual número.

**§1º.** É garantida a participação de representante dos acionistas minoritários e seu respectivo suplente, nos termos do Artigo 240, da Lei Federal nº 6.404/1976.

**§2º.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos anualmente por Assembleia Geral Ordinária, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.

**§3º.** Os conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas do Conselho Fiscal, o qual deverá:

- I. ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito;
- II. conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita, nos termos do Estatuto Social; e
- III. contemplar sua sujeição à cláusula de Arbitragem, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nos termos do Estatuto Social.

**§4º.** Salvo o previsto no § 2º deste artigo ou na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros do Conselho Fiscal, até a posse dos respectivos substitutos.

**Artigo 3º.** O Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento verificará a conformidade do processo de indicação e avaliação para os membros do Conselho Fiscal conforme disposto no Artigo 10 da Lei Federal nº 13.303/2016.

### Capítulo III – Vacância ou Impedimento

**Artigo 4º.** Na hipótese de vacância ou impedimento de membro efetivo, assumirá o respectivo suplente.

**Artigo 5º.** O membro efetivo deverá comunicar ao colegiado do Conselho Fiscal e à Secretaria Executiva, eventual impossibilidade de sua presença, convocando o respectivo suplente ou solicitando a convocação pela Secretaria Executiva.

#### **Capítulo IV – Normas de Funcionamento**

**Artigo 6º.** O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria.

**Artigo 7º.** As reuniões do Conselho Fiscal se instalarão com a presença da maioria de seus membros, sendo excepcionalmente permitida, mediante justificativa aprovada pelo Colegiado, a participação dos conselheiros por teleconferência, videoconferência ou outro meio que assegure a comunicação simultânea com todas as pessoas participantes da reunião, a identificação, a participação efetiva dos conselheiros e a autenticidade dos seus votos. O conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião, que deverá ser assinada por todos os participantes.

**Artigo 8º.** O Conselho Fiscal é um fórum de debate, cujas decisões devem ser encaminhadas buscando o consenso ou a expressão da maioria das opiniões. Pode, no entanto, o conselheiro que tiver opinião divergente, fazer o registro em ata de sua posição, fundamentando-a.

**Artigo 9º.** Na primeira reunião ordinária realizada após a eleição e posse de seus membros, o Conselho Fiscal elaborará o planejamento anual dos trabalhos para o exercício seguinte e o respectivo calendário de reuniões ordinárias, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias, em caráter extraordinário.

**Artigo 10.** A pauta das reuniões terá por base o planejamento anual dos trabalhos.

**Parágrafo Único** mensalmente poderão ser incluídos novos itens ou assuntos, desde que estejam contemplados nas competências do Conselho Fiscal e sejam apresentados com antecedência suficiente para exame prévio da documentação.

**Artigo 11.** As reuniões ocorrerão, preferencialmente, na sede da Companhia, ficando facultada a sua realização em outro local, se necessário.

**Artigo 12.** O Conselho Fiscal poderá convocar empregados para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.

**§1º.** As solicitações deverão ser dirigidas à Secretaria Executiva para providências nos termos do Estatuto Social.

**§2º.** As reuniões do Conselho Fiscal contarão com a presença de representante da Superintendência de Auditoria e da Superintendência de Contabilidade.

**Artigo 13.** As atas das reuniões do Conselho Fiscal serão transcritas no Livro de Atas do Conselho Fiscal.

#### **Capítulo V – Remuneração**

**Artigo 14.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Único.** A percepção da remuneração fica condicionada a participação em ao menos uma reunião mensal.

**Artigo 15.** Será obrigatório o reembolso das despesas de locomoção e estadia, necessárias ao desempenho da função.

### **Capítulo VI – Requisitos e Impedimentos**

**Artigo 16.** Somente podem ser eleitos para o conselho fiscal:

- I. pessoas naturais;
- II. residentes no País; e
- III. diplomadas em curso de nível universitário compatível com o exercício da função e que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de administrador de empresa ou conselheiro fiscal.

**Artigo 17.** São inelegíveis para o cargo de membro do Conselho Fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do Artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações, membros de órgãos de administração e empregados da companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia.

### **Capítulo VII – Competências**

**Artigo 18.** Compete ao Conselho Fiscal:

- I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;
- III. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à assembleia geral relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- IV. denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;
- V. convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que consideram necessárias;
- VI. analisar, ao menos trimestralmente, os balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
- VII. examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; e
- VIII. exercer suas atribuições durante a liquidação da Companhia

**§1º.** Os pareceres e representações do Conselho Fiscal, ou de qualquer um de seus membros, poderão ser apresentados e lidos na assembleia geral, independentemente de publicação e ainda que a matéria não conste da ordem do dia;

**§2º.** Além das competências definidas no caput, o Conselho Fiscal, no desempenho de suas funções, poderá:

- a. solicitar, a pedido de qualquer dos seus membros, aos órgãos de administração, esclarecimentos ou informações, desde que relativos à sua função fiscalizadora, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais;
- b. assistir às reuniões do conselho de administração ou da diretoria em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar (nºs. II, III e VII).
- c. solicitar aos auditores independentes, por qualquer um de seus membros, os esclarecimentos ou informações, bem como, a apuração de fatos específicos;
- d. fornecer, ao acionista, ou grupo de acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência;
- e. formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções e solicitar à Diretoria Executiva que indique, para esse fim, no prazo máximo de trinta dias, três peritos, que podem ser pessoas física ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, entre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão pagos pela Companhia.
- f. solicitar aos Órgãos da Administração informações e documentos considerados indispensáveis ao desempenho da função; e
- g. exercer outras atribuições legais, inerentes à função de conselheiro fiscal, e deliberar sobre seu próprio Regimento Interno

### **Capítulo VIII – Deveres e Responsabilidades**

**Artigo 20.** Exercer suas funções de maneira legal, ética, transparente e profissional além de conhecer e cumprir as obrigações estabelecidas na Legislação pertinente, no Regulamento do Novo Mercado da B3, no Estatuto Social, no Código de Conduta e Integridade da SABESP, nas Políticas Institucionais e neste Regimento Interno.

**Artigo 21.** Os membros do Conselho deverão informar, em formulário próprio, as modificações em suas posições acionárias na Companhia, de acordo com determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e das Bolsas de Valores nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia estejam admitidos à negociação.

**Artigo 22.** Os membros do Conselho Fiscal têm os mesmos deveres dos Administradores, de que tratam os artigos 153 a 156 da Lei nº 6.404/1976 e respondem pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres, bem como pelos atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação da lei ou do Estatuto.

**§1º.** Os membros do Conselho Fiscal deverão exercer suas funções no exclusivo interesse da Companhia; considerar-se-á abusivo o exercício da função com o fim de causar dano à Companhia, ou aos seus acionistas ou administradores, ou de obter, para si ou para outrem, vantagens a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Companhia, seus acionistas ou administradores.

**§2º.** O membro do Conselho Fiscal não é responsável pelos atos ilícitos de outros membros, salvo se com eles for conivente ou se concorrer para a prática do ato.

**§3º.** A responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal por omissão no cumprimento de seus deveres é solidária, mas dela se exime o membro dissidente que fizer consignar sua divergência em ata da reunião e a comunicar aos órgãos da administração e à Assembleia Geral.

**§4º.** Na situação em que envolva conflito de interesse com o da Companhia ou interesse particular na matéria, compete ao membro do Conselho manifestar o seu impedimento, abster-se de intervir na matéria em discussão, fazer consignar o fato em ata e da reunião e ausentar-se das discussões.

**Artigo 23.** Na investidura ou recondução, renúncia ou afastamento do cargo, obrigam-se os membros do Conselho Fiscal à apresentação de declaração de bens.

#### **Capítulo IX – Disposições Finais**

**Artigo 24.** Quando eleitos, os conselheiros deverão firmar Termo de Confidencialidade com a sociedade, garantindo, durante e após o exercício de suas funções no Conselho Fiscal, que não esteja publicamente disponível, salvo no cumprimento de suas obrigações legais.

**Artigo 25.** O Conselho Fiscal deve manter um estreito e produtivo relacionamento com a Sabesp, visando o cumprimento de suas funções legais. O espírito cooperativo deve ter por meta manter o necessário fluxo de informações e salvaguardar os interesses da Companhia e dos seus acionistas, devendo-se garantir, por outro lado, a independência do Conselho Fiscal com relação a quaisquer outros órgãos da Sabesp.

**Artigo 26.** Caberá ao Conselho Fiscal dirimir qualquer dúvida existente em relação a este Regimento, bem como promover as modificações que julgar necessárias.

**Parágrafo Único.** Os casos omissos serão resolvidos em conjunto pelos membros do Conselho Fiscal.